

DOCUMENTOS DE TRABAJO IELAT

**Nº 69 – Diciembre
2014**

Como se deve (re)escrever a História nacional?



Janete Abrão



Como se deve (re)escrever a História nacional?

Janete Abrão

Estos documentos de trabajo del IELAT están pensados para que tengan la mayor difusión posible y que, de esa forma, contribuyan al conocimiento y al intercambio de ideas. Se autoriza, por tanto, su reproducción, siempre que se cite la fuente y se realice sin ánimo de lucro. Los trabajos son responsabilidad de los autores y su contenido no representa necesariamente la opinión del IELAT. Están disponibles en la siguiente dirección: [Http://www.ielat.es](http://www.ielat.es)

Instituto de Estudios Latinoamericanos
Universidad de Alcalá
C/ Trinidad 1
Edificio Trinitarios
28801 Alcalá de Henares – Madrid
www.ielat.es
ielat@uah.es

Equipo de edición:

M^{ra}. Cecilia Fuenmayor
Mercedes Martín Manzano
Eva Sanz Jara
Inmaculada Simón
Vanessa Ubeira Salim
Lorena Vásquez González
Guido Zack

Consultar normas de edición en el siguiente enlace:
<http://www.ielat.es/inicio/repositorio/Normas%20Working%20Paper.pdf>

DERECHOS RESERVADOS CONFORME A LA LEY
Impreso y hecho en España
Printed and made in Spain
ISSN: 1989-8819

Consejo Editorial

UAH

Diego Azqueta
Concepción Carrasco
Isabel Garrido
Carlos Jiménez Piernas
Manuel Lucas Durán
Diego Luzón Peña
José Luis Machinea
Pedro Pérez Herrero
Daniel Sotelsek Salem

Unión Europea

Sergio Costa (Instituto de Estudios Latinoamericanos,
Universidad Libre de Berlín, Alemania)
Ana María Da Costa Toscano (Centro de Estudios
Latinoamericanos, Universidad Fernando
Pessoa, Porto, Portugal)
Georges Couffignal (Institute des Haute Etudes de
L'Amérique Latine, Paris, Francia)
Leigh Payne (Latin American Centre and Brazilian
Studies Programme, Oxford, Gran Bretaña)

América Latina y EEUU

Juan Ramón de la Fuente (Universidad Nacional
Autónoma de México, México)
Eduardo Cavieres (Pontificia Universidad Católica de
Valparaíso, Chile)
Eli Diniz (Universidad Federal de Río de Janeiro,
Brasil)
Carlos Marichal (El Colegio de México, México)
Armando Martínez Garnica (Universidad Industrial
de Santander, Bucaramanga, Colombia)
Marcos Neder (Trench, Rossi e Watanabe Advogados
Sao Paulo, Brasil)
Peter Smith (Universidad de California, San Diego,
EEUU)
Francisco Cueto (Facultad Latinoamericana de
Ciencias Sociales –FLACSO-, República
Dominicana)

Como se deve (re)escrever a História nacional?

Janete Abrão*

Resumo:

Na atualidade, poderíamos questionar qual é a pertinência da história nacional em uma época marcada pela globalização, pela hegemonia (neo)liberal e pela consequente mercantilização da vida em sociedade. Contudo, surge outra indagação que nos serve de resposta: a globalização é portadora de novas identidades, de novos pertencimentos? Seguramente que sim, e identidades antigas e novas não são incompatíveis. Enquanto os Estados subsistirem, sob uma forma ou outra, cabe prever que experimentarão a necessidade de construir uma identidade e narrar sobre o seu passado. Entretanto, a estrutura e a forma desta narrativa estão irrevocável e substancialmente destinadas a transformarem-se. Desde fins do século passado, por quase todo o mundo Ocidental, a representação da "nação", assim como os relatos sobre a "memória coletiva", encontram-se em vias de reconstrução, abandonando-se o velho paradigma da homogeneidade pelo da diversidade. Em consequência, a História nacional também há de reinventar-se ou reescrever-se. Contudo, a boa ou má História, tanto si se refere à qualidade como à orientação, depende mais da substância do que da forma: é possível uma narrativa nacional socialmente útil, não conservadora, preocupada pelo presente e pelo futuro da cidadania e, fundamentalmente, crítica. Uma História nacional que considere as ficções e os subterfúgios do imaginário nacional, assim como as suas contradições, omissões, silêncios, distorções, formas de discriminação e de exclusão, divisões e desacordos, que também formam parte da história nacional. Ademais, se trata de destacar o que há de universal nas aparentes especificidades do passado nacional e sua relação, a partir de estudos comparativos, com outras culturas e experiências. Neste sentido, este estudo tem por objetivo oferecer uma reflexão crítica e metodológica sobre como (re)escrever a história nacional.

Palavras-chave:

História Nacional, Identidade Nacional, Historiografia, Globalização Neoliberal.

* Instituto de Estudos Latino-Americanos (IELAT, Universidade de Alcalá de Henares - UAH)



Introdução

Se arrancarmos as máscaras, se nos abirmos, se, enfim, nos afrontarmos, começaremos a viver e a pensar de verdade. Aguardam-nos uma nudez e um desamparo. Aí, na solidão aberta, também nos espera a transcendência: as mãos de outros solitários. Somos, por primeira vez em nossa história, contemporâneos de todos os homens (Octavio Paz, *O Labirinto da Solidão*).

No passado recente, o historiador se punha de bom grado a serviço do Estado¹ (e das elites que o dirigiam) e narrava os fatos considerados remarcáveis, às vezes, em forma de epopeia. Eram tempos em que a representação da nação pretendia uma integração quase orgânica, e considerava-se os Estados nacionais como homogêneos. Isto se deve ao fato de que a centralização política e a consolidação territorial foram acompanhadas de uma estandardização cultural crescente. A indivisibilidade do Estado significou, portanto, a unidade e a homogeneidade cultural dentro de suas fronteiras territoriais.² A unidade, entendida como coesão social e como unidade territorial e linguística, foi forjada através da violência material, cultural e simbólica. Contudo, a partir de fins do século XVIII, o Estado não estaria consolidado enquanto não existisse a *nação*, já que não poderia contar com a lealdade de seus cidadãos.³ Em outras palavras, a hegemonia para ser segura, para ser completa, não pode limitar-se à dominação, precisa também funcionar como direção intelectual e moral, exige uma articulação entre a política e a cultura, deixando a política de assentar-se primordialmente na força para basear-se no consentimento. A construção da nação, após a Revolução Francesa, seguirá um duplo percurso: criar-se-ão representações e símbolos em torno dos quais ela será imaginada e, a partir daí, se estabelecerá a identidade comum dos cidadãos. Segundo afirma Stuart Hall, as identidades, bem como as nações,

¹ Não é por acaso, no que se refere ao Brasil, na segunda metade do século XIX, que boa parte dos historiadores e literatos que pretendiam forjar a nação tinham dupla militância: eram políticos ou alto funcionários que trabalhavam, portanto, para o Estado. Este fenômeno está longe, porém, de se restringir ao território brasileiro, pois se evidencia também no Chile e na Argentina, dentre outros países da América Latina. Sobre este assunto ver: Ricupero, Bernardo, *O romantismo e a ideia de nação no Brasil (1830-1870)*, São Paulo, Martins Fontes, 2004.

² Smith, Anthony D, *The Ethnic Origins of Nations*, Oxford, Blackwell, 1986, p. 134.

³ Conforme assegura Anthony Smith: “[...] o objeto de devoção nacionalista é a nação, e não o Estado, ainda que ambos coincidam.” Smith, A.D., *Las teorías del nacionalismo*, Barcelona, Ediciones 62/ Ediciones Península, 1976, p. 78.

são formadas e transformadas no interior da *representação*. Nós só sabemos o que significa ser 'inglês' devido ao modo como a 'inglesidade' (*Englishness*) veio a ser representada - como um conjunto de significados - pela cultura nacional inglesa. Segue-se que a nação não é apenas uma entidade política mas algo que produz sentidos - um sistema de representação cultural. As pessoas não são apenas cidadãos legais de uma nação; elas participam da ideia da nação tal como representada em sua cultura nacional. Uma nação é uma comunidade simbólica e é isso que explica seu 'poder de gerar um sentimento de identidade e lealdade'.⁴

A construção de identidades nacionais na América Latina valeu-se, já na primeira metade do século XIX, de uma linguagem romântica que procurou, na história e na cultura, motivos para que as entidades políticas e culturais latino-americanas existissem separadas das antigas metrópoles. No século XIX, o romantismo, como expressão literária, o nacionalismo e a história nacional, desempenharam um papel significativo na construção discursiva política, cultural, simbólica e ideológica da nação, da identidade nacional e da "memória coletiva", assim como na construção de um imaginário nacional e de representações coletivas que buscavam legitimar e consolidar o poder estatal, tanto na Europa como na América Latina.⁵ Nesta última, após as independências políticas, o modelo referencial adotado foi o de Estado-nação, notadamente europeu,⁶ que deveria ser pensado como homogêneo e indivisível (em termos de soberania).⁷

Nos tempos atuais, o leitor poderia questionar qual é a pertinência da História nacional em uma época marcada pela globalização neoliberal, pela mercantilização da vida em sociedade e pela suposta ideia de um mundo pós-nacional (ou de uma "aldeia global"). Se pode afirmar que a História nacional, concebida como história crítica da "memória nacional", pode possibilitar aos indivíduos não apenas a compreensão de suas sociedades em tempos pretéritos, mas, igualmente, a apreciação crítica sobre a

⁴ Hall, Stuart, *A identidade cultural na pós-modernidade*, 3 ed., Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro, Porto Alegre, L&PM, 1999, p. 49.

⁵ Berlin, Isaiah, *Las raíces del romanticismo*, Madrid, Taurus, 2000; Bethell, Leslie (org.), *História da América Latina. Da independência até 1870*, Tradução de Maria Clara Cescato, São Paulo/Brasília, Universidade de São Paulo/ Fundação Alexandre de Gusmão, 1 ed., v. 3, 2004; Ricupero, Bernardo. *O romantismo e a ideia de nação no Brasil (1830-1870)*, São Paulo, Martins Fontes, 2004. As traduções ao longo do texto estão sob responsabilidade da autora.

⁶ Contudo, "[...], a propagação do Estado desde a Europa Ocidental, onde teve origem, para os outros continentes esteve longe de ser uniforme." Van Creveld, Martin *Ascensão e declínio do Estado*, Tradução de Jussara Simões, São Paulo, Martins Fontes, 2004, p. 476.

⁷ O termo *soberania* expressa a concentração de poder que fundamenta o Estado moderno, a qual foi imprescindível para que esta forma de organização política se afirmasse frente aos reinos e territórios característicos da Idade Média. O poder do Estado é soberano, ou seja, se trata de um poder não submetido a limitações internas ou externas. De Blas Guerrero, Andrés, *Enciclopedia del nacionalismo*, Madrid, Alianza Editorial, 1999, p. 723.

realidade em que vivem. Parte-se do pressuposto de que sujeitos conscientes dos erros e das distorções do passado e do presente tem a possibilidade de elaborarem projetos de nação e de mundo mais humanizados (diante de um capitalismo desenvolvido de forma irresponsável) e, ao mesmo tempo, mais voltados à educação da sensibilidade (uma das funções da História!) e da sustentabilidade ambiental,⁸ e destinados a conceber a democracia não como uma "santa no altar"⁹, mas como fundamento do exercício pleno da cidadania. Não se pode negar a inevitável dimensão política e social da História e, desde este ponto de vista, a necessidade de construir interpretações históricas com sentido útil para as demandas de nosso tempo presente.¹⁰ É partindo deste pressuposto, portanto, que se pretende oferecer, nas páginas que seguem, uma reflexão teórica, crítica e metodológica sobre como (re)escrever a história nacional.

Globalização Neoliberal e Estado Nacional

"Ah!, Sim, a globalização! É uma maravilhosa desculpa para muitas coisas." (Robert Merton Solow, prêmio Nobel de Economia, 1987).

Não se pode propor uma reflexão acerca da (re)escrita da história nacional, nos dias atuais, sem antes assumir a difícil tarefa de analisar a inextricável conexão entre a globalização neoliberal e o Estado, a nação e a identidade nacional, dentre outros aspectos relacionados a este complexo e multidimensional processo, "cujo uso desmesurado de seu termo terminou por desgastar-se".¹¹ Contudo, neste texto, usa-se a expressão "globalização neoliberal" devido ao fato de que o neoliberalismo é uma das principais senhas de identidade da globalização, pois trata-se de um sistema e de um movimento em escala mundial, que o capitalismo jamais havia produzido, e que conta com um corpo de doutrina não de todo coerente, mas difundido de forma

⁸ Sobre História e Ecologia ver: González de Molina, Manuel, "La crisis de la modernidad historiográfica y el surgimiento de la historia ecológica", en *Culturas y civilizaciones. III Congreso de la Asociación de Historia Contemporánea*, Valladolid, 1998, p. 25–61.

⁹ *"Tudo se discute neste mundo, menos uma única coisa: não se discute a democracia. A democracia está aí como uma espécie de santa no altar, [...] como uma referência, [...]. E não se repara que a democracia em que vivemos está sequestrada, condicionada, amputada, porque o poder do cidadão, [...], limita-se, na esfera política, a tirar um governo de que não se gosta e a pôr um outro de que talvez se venha a gostar. Nada mais. [...]. Onde está, então, a democracia?"*. Saramago, José, "Onde está, então, a democracia?", *Fórum Social Mundial*, janeiro de 2005, disponível em www.youtube.com, acesso em 12.04.2012.

¹⁰ Sobre a História do Tempo Presente ler: Fazio, Hugo, *La historia del tiempo presente: historiografía, problemas y métodos*, Bogotá, Universidad de los Andes, 2010.

¹¹ Tamayo-Acosta, Juan José (dir.), *10 palabras clave sobre globalización*, Navarra, Editorial Verbo Divino, 2002, p. 11.

militante e "lucidamente decidido a transformar o mundo à sua imagem, em sua ambição estrutural e em sua extensão internacional."¹² Conforme Juan José Tamayo-Acosta, o neoliberalismo, enquanto sistema ideológico, busca racionalizar e justificar o processo histórico da globalização, assim como suas suposições filosóficas e suas propostas tendem a priorizar as soluções do mercado na hora de dar resposta aos problemas econômicos e sociais.¹³ Neste sentido, tanto a globalização econômico-financeira como o neoliberalismo reorientaram o Estado e os interesses das elites hegemônicas, conferindo-lhes perspectivas extranacionais. Desde o final dos anos 1970, o Estado vem reformulando seu papel em função de variáveis econômicas exógenas, como a expansão do comércio mundial, as políticas macroeconômicas e a maior mobilidade internacional do capital. Segundo Germán Gutierrez,

“A crescente corrupção e cinismo das elites públicas e privadas na América Latina são produto de seu realismo. Vivem a dissolução de uma nação que em outros tempos usufruíram, e agora usufruem de sua ruína. Não possuem conceito algum do que é bem público, nacional ou social, e adotaram ante eles a atitude e o conceito transnacional que os concebe como recursos disponíveis para o mais competitivo e criativo na arte de expropriar”.¹⁴

Todavia, o autor ressalta que esta situação não é exclusiva da América Latina. É generalizada nos países periféricos ou subdesenvolvidos, mas se faz presente também, em menor medida, nos países desenvolvidos, onde os interesses econômicos e financeiros prevalecem não só sobre os direitos humanos, mas também sobre os direitos e deveres dos cidadãos. Em efeito, a crescente importância da dimensão econômica na vida em sociedade vem enfraquecendo os laços políticos de cidadania.¹⁵ O resultado da ação incontrolada desta tendência tem sido um tecido sociopolítico frágil e invertebrado, com níveis inquietantes de desemprego e atividades informais, insegurança, marginalização e violência estrutural, além da destruição dos vínculos de sociabilidade. Por outro lado, a implantação deste modelo implicou o

¹² Anderson, Perry, "Historiador faz balanço do neoliberalismo". *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 20 de maio de 1995, Cadernos de Cultura, p.2.

¹³ Tamayo-Acosta, Juan José (dir.), *10 palabras clave sobre globalización*, Navarra, Editorial Verbo Divino, 2002, p. 12.

¹⁴ Gutiérrez, Germán. "Globalización y derechos humanos", en Tamayo-Acosta, Juan José (dir.), *10 palabras clave sobre globalización*, Navarra, Editorial Verbo Divino, 2002, p. 297.

¹⁵ Cabe esclarecer que se entende a cidadania como um contrato, e não fundamentada em determinações de ordem biológica. O "contrato de cidadania" é uma proposta, segundo a qual, os direitos de cidadania seriam concedidos a estrangeiros, que preservariam sua cultura de origem (e as manifestações e as expressões culturais dela decorrentes), mas se comprometeriam em aderir aos valores democráticos e às legislações nacionais de proteção dos direitos humanos. Isto se torna possível com a ruptura do elo entre nacionalidade enquanto comunidade cultural e cidadania enquanto participação política.

desflorestamento indiscriminado, com total desequilíbrio da flora e da fauna, extração irracional dos recursos naturais não renováveis, poluição e pressão para converter muitas das nossas regiões em *containers* de lixos tóxicos.¹⁶

Além disso, segundo Joaquín Estefanía, "se a globalização depende mais dos mercados que das decisões das pessoas (através de seus representantes livremente eleitos), se questiona o conceito mesmo de democracia, tal como nós o conhecemos."¹⁷ Em suma, economia, modo de vida, organização social, estruturas políticas, hábitos e direitos culturais, formas de conhecimento e pautas de relação com a natureza, tudo parece ver-se ameaçado nesse milênio. Vivencia-se a era da crescente incerteza.

Diante desse quadro, em linhas gerais, grande parte da população dos diversos Estados, marginalizada social e economicamente, perde interesse em participar das lutas políticas internas, que percebem como ineficazes, devido, principalmente, à corrupção política e à impunidade, submergindo, conseqüentemente, na ilusão de uma publicitada sociedade de consumo, na passividade, na alienação, na reprodução pura e simples de notícias e de ideologias que veiculam os principais meios de comunicação e, ao mesmo tempo, imersa na desinformação, e na superficialidade dos conteúdos midiáticos. Mas também existe uma minoria desorientada que serve de massa de manobra para políticas direitistas e de extrema direita; uma minoria de ativistas antissistema; uma parte da sociedade civil organizada que, através de manifestações e subscrições públicas, protesta contra o déficit democrático e, em decorrência, reclama representatividade política e defesa dos direitos humanos e ambientais. "Em contraste", segundo afirma Gutiérrez, "existe uma elite cada vez mais reduzida e opulenta, que há perdido praticamente todo o referencial nacional, que vive e reclama uma 'cidadania universal', acorde com a cotidianidade de seu modo de pensar e seus hábitos de trabalho e consumo totalmente globalizados."¹⁸ E, parte da elite, a que oferece resistência à globalização, propõe uma globalização alternativa, um projeto emergente de construir uma sociedade civil global fundada no *ethos* da democracia cosmopolita. Para fins deste estudo, centremo-nos na viabilidade deste projeto de "cidadania universal" e de "democracia cosmopolita".

O principio das nacionalidades, tal como se desenvolveu nos séculos XVIII e XIX, remodelou o conceito de cidadania. A soberania é atributo da nação, e não daquele que governa o Estado. A nação, por sua vez, precede a cidadania, pois é no quadro da

¹⁶ Serrano, Julio Pérez; Gómez, Carmen Gómez. "Historia y Ecohistoria ante la crisis ambiental". In: *História e meio-ambiente. O impacto da expansão europeia*. Coimbra: Centro de Estudos de História do Atlântico, 1999, p. 53-75

¹⁷ Estefanía, Joaquín. "El fenómeno de la globalización", en Tamayo-Acosta, Juan José (dir.), *10 palabras clave sobre globalización*, Navarra, Editorial Verbo Divino, 2002, p. 22.

¹⁸ Gutiérrez, Germán, "Globalización y derechos humanos", en Tamayo-Costa, Juan José (dir.), *10 palabras clave sobre globalización*, Navarra, Editorial Verbo Divino, 2002, pp. 285-325, p. 296.

comunidade nacional que os direitos e deveres cívicos podem ser exercidos. A cidadania encontra-se, assim, limitada ao espaço territorial de uma nação, contrariando a perspectiva dos filósofos iluministas (e do universalismo francês). Contudo, a cidadania não é uma essência, é uma construção social, política e histórica, e está intimamente ligada às lutas pela conquista dos direitos e deveres do cidadão.¹⁹

Parte-se do pressuposto de que se não existe o exercício pleno da cidadania em termos nacionais, dificilmente existirá a possibilidade de uma cidadania democrática mundial, de uma cultura cívica e política comum, universal. Em outros termos, "não tem sentido fomentar a democracia como valor universal se não se permite que os processos nacionais de representação e participação influam na determinação das estratégias de desenvolvimento econômico e social, e exerçam uma mediação eficaz das tensões próprias do processo de globalização."²⁰

Em realidade, seria bastante difícil exercer direitos e cumprir com deveres abstratos no que se refere à Humanidade, pois segundo a perspectiva tradicional de cidadania, ser cidadão é ter direitos e deveres concretos em relação a um Estado específico. Sendo assim, sem um direito internacional concreto, em funcionamento, não existe nem democracia cosmopolita, nem cidadania universal. Conforme afirma Kant:

“O processo pelo qual todos os povos da terra estabeleceram uma comunidade internacional chegou a um ponto em que a violação de direitos em uma parte do mundo é sentida em toda parte; isto não significa que a ideia de um direito cosmopolita não é mais uma ideia fantástica ou extravagante. É um complemento necessário ao direito civil e internacional, transformando-o em direito público da Humanidade (ou direitos humanos [*Menschenrechte*]; apenas sob esta condição (a saber, a existência de uma esfera pública global em funcionamento) podemos nos gabar de estarmos continuamente avançando em direção à paz perpétua”.²¹

De qualquer forma, a democracia como forma de governo e a cidadania democrática como meio privilegiado de integração social na comunidade política

¹⁹ Vieira, Liszt, “Cidadania global e Estado nacional”, *Dados*, Rio de Janeiro, v.42, n.3, 1999, pp. 395-419.

²⁰ CEPAL, *Globalización y desarrollo. El carácter histórico y multidimensional de la globalización*, Brasília, mayo de 2002, p. 25.

²¹ Kant, Immanuel, *A paz perpétua e outros opúsculos*, Lisboa, Edições 70, 1992, p. 140.

estão, inexoravelmente, "territorializadas" em virtude de sua vinculação histórica e teórica com a figura do Estado nacional e, conseqüentemente, com o sistema (desigual) interestatal. No entanto, ao longo das últimas décadas muito se tem debatido sobre o impacto da globalização sobre o Estado e sua relação com a debilidade ou desaparecimento do Estado-nação. A partir de 1989, o fim do Estado nacional, o "fim da história", e todo esse discurso neoliberal, foi assumido como fato, inclusive por aqueles que se situavam mais à esquerda em termos políticos. Porém, acredita-se que se há exagerado o impacto da globalização sobre o Estado e a conseqüente desintegração do Estado, da nação e das identidades nacionais.

Na literatura existente sobre integração global e regional o consenso afirma que, ainda que a soberania do Estado tenha sofrido um abalo importante devido ao processo globalizador, o Estado está longe de viver seus últimos dias como agente político basilar.²² Em muitos aspectos, os próprios Estados nacionais são essenciais para o êxito e a propagação da globalização neoliberal; por exemplo, através da manutenção do império da lei e da estabilidade crucial para a produção econômica e a prosperidade do mercado.²³ Os próprios Estados costumam argumentar que a diversificação econômica e a abertura de fronteiras pode reduzir, de fato, sua dependência comercial com respeito a um determinado Estado ou conjunto de Estados. Além disso, o suposto aumento da riqueza e da capacidade econômica derivada da integração pode servir para reforçar o papel do Estado e sua influência sobre suas áreas de interesse regional e internacional.²⁴ Neste contexto, resulta muito ilustrativo o exemplo da União Europeia. Ainda que se interprete que a integração europeia é um processo que está transcendendo e diluindo paulatinamente os Estados membros, as evidências apontam que os processos de integração econômica e política vinculados a ela tem mais relação com a recuperação do Estado nacional do que com a sua superação, bem como os Estados europeus consideram que sua integração na União Europeia é um instrumento para preservar e reforçar suas capacidades políticas.²⁵ Neil MacCormick sustenta que ainda que os Estados membros da União Europeia tenham deixado de desfrutar da soberania exclusiva no sentido tradicional do termo, não perderam sua soberania, mas esta última tem sido redistribuída internamente e, desse modo, os Estados tem-se fortalecido com respeito aos agentes externos.²⁶ Contudo, o que vem ocorrendo é que determinados estados são mais

²² Nye Jr., Joseph S.; Donahue, John D., *Governance in a globalization world*, Washington, D.C., Brookings Institution, 2000; Rosenau, James N., "Governance in twenty-first century", *Global Governance*, n.1, 1995, pp. 13-43.

²³ Coleman, William D.; Perl, Anthony, "Internationalized policy environments and policy network analysis", *Political Studies*, n. 47, 1999, pp. 691-709.

²⁴ Shulman, Stephen, "Nationalist sources of international economic integration", *International Studies Quarterly*, n. 44, p. 370, 2000.

²⁵ Millward, Alan S., *The european rescue of the nation state*, 2 ed., Londres, Routledge, 2000.

²⁶ MacCormick, Neil, *Questioning Sovereignty: Law, State, and Nation in the European Commonwealth (Law, State, and Practical Reason)*, Oxford, Oxford University Press, 1999.

soberanos que outros, principalmente no que se refere à disparidade existente entre os países do Norte e os do Sul da Europa, os Estados Unidos, bem como à América Latina e aos países subdesenvolvidos. O resultado é a formação de uma divisão do trabalho internacional, através da qual os Estados, em diferentes níveis de desenvolvimento, são introduzidos, com frequência, através das operações das corporações transnacionais na economia capitalista mundial, numa ampla hierarquia econômica.

Não obstante, os Estados seguem sendo os agentes mais importantes no sentido de outorgar direitos de cidadania no interior de suas fronteiras. Ainda que os códigos de direitos humanos internacionais e regionais possam produzir certa repercussão sobre as práticas nacionais e os regimes legais, são todavia os Estados que devem subscrever, ratificar e fazer valer tais códigos. Cabe acrescentar que as normas sobre os direitos humanos universais continuam relegadas a um segundo plano em relação aos interesses econômicos e a *Realpolitik*, tal como fica manifesto na facilidade dos Estados europeus e dos Estados Unidos em passar por alto os descarados abusos de seus sócios econômicos e militares como Israel, Arábia Saudita, China e Paquistão, dentre outros.

Outro aspecto importante é que os Estados fomentam ativamente a mobilidade das pessoas através das fronteiras, uma política que dá lugar a todo tipo de necessidades burocráticas: vistos, acordos fiscais e determinados direitos de cidadania (como a proteção policial). Em realidade, os Estados sempre mantiveram em funcionamento medidas e políticas para regularizar as relações entre os indivíduos de diferentes nacionalidades que se encontram em seu território.

O que a globalização há colocado em questão é se a soberania é algo que deve exercer exclusivamente o Estado. A interação global e regional origina tanto a necessidade como a oportunidade de que surjam novas formas de cidadania e autogoverno mas, de acordo com a conclusão de Michel Keating, o fim da soberania exclusiva do Estado não comporta o fim dos Estados, nem o fim das nações e da autodeterminação nacional, senão que abre novas oportunidades a modelos de cidadania e autodeterminação nos quais a democracia siga sendo estruturada sobre comunidades nacionais.²⁷ As instituições transnacionais não substituirão os regimes de governo nacionais que se autodeterminam, mas operarão paralelamente a eles, e de fato seguirão obtendo sua autoridade e mandato através da participação direta e da aquiescência dos representantes de suas nações constituintes.²⁸

²⁷ Keating, Michael, *Plurinational democracy: Stateless nations in a post-sovereignty era*, Oxford, Oxford University Press, 2001.

²⁸ Kymlicka, Will, "Citizenship in an era of globalization: Comentario on Held", en Shapiro, Ian; Hacker-Cordón, Casiano (eds), *Democracy's edges*, Cambridge, Cambridge University Press, 1999.

É bem verdade que o Estado nacional vem perdendo autonomia sobre a direção da economia há mais de quatro décadas, mas continua a ser o "mal necessário" das grandes corporações, pois foi concebido, desde as suas origens, como instrumento legítimo da imposição da lei e da ordem sobre indivíduos e grupos no interior de suas fronteiras. Por sua vez, a redução da capacidade do Estado "afeta o papel que pode desempenhar o setor público na redução do custo dos processos de 'destruição criativa', associados à acelerada transformação estrutural, e inclusive acentua as dificuldades relativas à modernização do Estado,"²⁹ bem como sua capacidade autônoma de elaborar projetos políticos nacionais. Contudo,

“é pouco realista postular simultaneamente as virtudes da globalização e a desintegração do Estado. O papel do Estado social e gerador de externalidades tecnológicas e institucionais é e seguirá sendo importante. Em um mundo de riscos globais, a consigna de substituir a política e o Estado pela economia é cada vez menos convincente”.³⁰

Em realidade, assim como Estado e nação não devem ser confundidos, governo e Estado não são, absolutamente, termos idênticos. Não se pode esquecer que foram os governos, com seus partidos, parlamentares e congressos nacionais, que implementaram, em início dos anos 1990, na América Latina, a desregulamentação de suas economias e os nefastos ajustes neoliberais, pressionados ou não pelo Fundo Monetário Internacional, pelo Banco Mundial ou pelas potências hegemônicas.³¹ Nas condições atuais, em face das graves implicações sociais da globalização econômica e da agenda neoliberal, interessa a determinados governos, partidos e tecnocratas cooptados pelas forças do mercado, incentivar a desmobilização da sociedade civil, mantendo a cidadania passiva e apolítica, assim como controlar politicamente a enorme desigualdade social, fruto das políticas neoliberais, através de políticas de compensação recomendadas pelo Banco Mundial, tratando de dar um "rosto humano" ao sistema.³² Como às forças do mercado (as grandes corporações, aos bancos, ao agronegócio, as grandes empresas nacionais ligadas ao capital estrangeiro, as

²⁹ CEPAL, *Globalización y desarrollo. El carácter histórico y multidimensional de la globalización*, Brasília, mayo de 2002, p. 25.

³⁰ *Ibidem*.

³¹ Martins, Carlos Eduardo, *Globalización, dependencia e neoliberalismo na América Latina*, São Paulo, Boitempo, 2011.

³² Domenech, Eduardo, "El banco mundial en el país de la desigualdad. Políticas y discursos neoliberales sobre diversidad cultural y educación en América Latina", en Grimson, Alejandro, *Cultura e neoliberalismo*, Buenos Aires, Clacso, julio 2007.

mineradoras), o que interessa é a expansão do capital para além das fronteiras nacionais e a substituição do cidadão pelo "cliente", devido "a extensão das relações de mercado à esfera dos valores",³³ cabe à sociedade civil, agrupada em torno do interesse público, a tarefa de mobilizar as energias cívicas da população para defender, no plano nacional e internacional, os princípios da cidadania política e os ideais da democracia participativa, os direitos humanos, a diversidade cultural, a pluralidade de opiniões, a educação, a segurança e a saúde públicas, a sustentabilidade ambiental, bem como a defesa de outras conquistas sociais. O que está em crise, e em vias de extinção, portanto, não é o Estado nacional, mas é o Estado de bem-estar social.³⁴ O que está ocorrendo é a privatização do Estado e de governos o que, seguramente, debilita a qualidade da democracia.

Por outro lado, pode-se falar em efeito "rebote" ao processo de globalização neoliberal, pois os esforços homogeneizadores levados a cabo pelo fluxos de capital e mercadorias são acompanhados de medidas que excluem setores importantes da população, resultando no surgimento de novos movimentos, como por exemplo, pelos direitos dos povos indígenas, dos homoafetivos, os movimentos feministas, o movimento ecológico (ambiental), os movimentos antiglobalização, dentre outros.

O mesmo se pode aplicar à esfera das relações econômicas internacionais. Os efeitos do desenvolvimento econômico e demográfico acentuaram as aspirações e as divisões internacionais. De forma semelhante, o impacto das corporações transnacionais foi contraditório. Estas podem cercar grande parte do mundo com as suas redes de produtos, de investimentos e de operações financeiras, mas suscitam também a oposição nacional onde quer que os governos sejam suficientemente fortes para fazer acordos ou impor condições. Mas, mais importante para os propósitos anunciados neste estudo, cabe afirmar que, paradoxalmente, estas forças econômicas transnacionais podem acabar por reforçar os movimentos étnicos, as nações e os nacionalismos que os apologistas do mercado esperavam que fossem anuladas.³⁵ Isto ocorre, pois, os meios culturais eletrônicos e a tecnologia da informação, sobre a qual descansa grande parte da tese da globalização cultural, exercem efeitos muito variáveis sobre as diferentes classes, regiões e comunidades étnicas.

No que se refere à esfera cultural, as asserções dos teóricos do capitalismo avançado ou do "pós-nacional" são mais questionáveis. Estarão os sistemas de informação computadorizada e de telecomunicações, indubitavelmente poderosos e

³³ CEPAL, *Globalización y desarrollo. El carácter histórico y multidimensional de la globalización*, Brasília, mayo de 2002, p. 23.

³⁴ No Brasil, por exemplo, nunca existiu um Estado de bem-estar social consolidado, apenas um simulacro, dado à condução de contumazes políticas públicas de caráter ora elitista, ora populista, após os anos 1930.

³⁵ Smith, Anthony D., *National Identity*, Nevada, University of Nevada Press, 1991.

sofisticados, a fundir culturas nacionais ou, pelo menos, a revesti-las de uma nova cultura cosmopolita? A suposta interdependência econômico-financeira é capaz de sustentar uma cultura cosmopolita que transcenda as limitações nacionais?

As respostas a estas perguntas são largamente especulativas, mas, em termos gerais, os recentes desenvolvimentos culturais no Ocidente combinam uma aparência de modernismo aerodinâmico com um *pastiche* de motivos, temas e estilos pós-modernos. Por um lado, fomos inundados por uma torrente de produtos de massa estandardizados, empacotados uniformemente para o consumo em massa; por outro lado, estes produtos - filmes, anúncios de televisão, etc., - vão buscar o seu conteúdo em renascimentos de estilos e de temas nacionais. O *pastiche* de temas e estilos parodiados veio representar a possibilidade de uma cultura de massas pós-moderna, e mesmo pseudoclássica.

Uma cultura global seria, assim, eclética, composta por uma série de elementos analiticamente distintos: produtos de massa publicitados de forma eficaz, uma miscelânea de temas e estilos étnicos ou nacionais arrancados do seu contexto, alguns discursos ideológicos gerais sobre "valores e direitos humanos" tratados de forma superficial, e uma linguagem de comunicação e de apreciação quantitativa e "científica" estandardizada, tudo posto em destaque pelos novos sistemas de informação e de telecomunicações e pelas suas tecnologias computadorizadas. Não é de admirar, dado o papel central da História nacional dos séculos XIX e XX em forjar memórias coletivas e identidades nacionais, que a razão pela qual os temas, as ideias e os estilos básicos do cosmopolitismo pós-moderno são de origem popular ou nacional. Os discursos de que este cosmopolitismo necessariamente se compõe, os componentes desta manta de retalhos, são os mitos, as memórias, os valores, os símbolos e as tradições que formam as culturas e os discursos de qualquer nação.³⁶

Ao contrário dos imperialismos culturais, a cultura cosmopolita pós-moderna não ostenta história ou histórias; os temas populares que utiliza são extraídos para a decoração superficial de uma cultura técnica e consumista, orientada para o presente; ademais de atuar através de uma classe intelectual tecnocrata, cuja cultura do discurso técnico substitui o discurso crítico dos intelectuais humanistas.

A cultura global, embora atualmente esteja muito desigualmente difundida, conseguirá criar raízes entre as populações do mundo? É possível que invente tradições e que produza imagens, mas as imagens e as tradições só serão retidas se tiverem alguma ressonância social e cultural, e só terão essa ressonância se puderem ser harmonizadas e representadas como contínuas em um passado coletivo imaginável. Por exemplo, todos os monumentos às vítimas de guerra - cerimônias de

³⁶ Smith, Anthony, *Nacionalismo y modernidad*, Barcelona, Istmo, 2000.

memória, estátuas a heróis e celebrações de efemérides em geral -, embora recentemente criados na sua forma presente, vão buscar o seu significado e o seu poder emocional em uma sentida representação do passado coletivo.

Hoje, esse passado coletivo sentido e perceptível continua a ser proeminentemente nacional. Até a presente data, não existe qualquer "identidade em formação global"; uma cultura global apenas poderia ser uma construção destituída de memória ou uma desintegração dos seus elementos nacionais constituintes. Mas uma cultura destituída de memória é uma contradição.

Não obstante, existe uma razão mais forte para a impossibilidade do êxito de uma cultura global: nomeadamente a influência constante dos próprios estilos étnicos e dos discursos e símbolos nacionais sobre a grande maioria das populações. Basta assistir às cerimônias de abertura das Olimpíadas ou da Copa do Mundo. Cabe reconhecer, por outro lado, que um sentido de apego a uma identidade regional não exige o rechaço de instituições globais. Uma cultura pode ser promovida através da Internet, ou seja, com a ajuda dos meios de comunicação, tecnologia e traslado globais. Se reconhece, portanto, que a globalização pode supor uma ameaça para os padrões culturais locais, mas esta ameaça pode ser reduzida se os grupos e as comunidades aproveitam o potencial da globalização para os seus próprios fins (culturais, de identidade).

Desde meu ponto de vista, o governo democrático e efetivo seguirá estando estruturado, num futuro previsível, em torno a populações definidas pela sua identidade nacional. De fato, as identidades nacionais continuam assombrosamente preponderantes no plano estatal, e as identidades transnacionais mostram poucos indícios de haver incrementado sua força, pois a tradicional relação entre território e identidade nacional permanece significativa, e as questões relativas à autodeterminação seguem ocupando o centro dos conflitos no sistema internacional de Estados. A globalização, ressalta-se, pode servir inclusive como ferramenta para reforçar as identidades e lealdades nacionais distintas, em lugar de desvanecê-las.³⁷ Em um determinado cenário, os nacionalistas podem propugnar, inclusive de forma ativa, a integração global e regional como estratégia deliberada para afirmar uma identidade nacional distintiva e demandar cada vez mais o apoio para o objetivo da autodeterminação nacional ou independência (a Catalunha, por exemplo).

Por outro lado, a mera superação da nacionalidade ou das identidades nacionais não oferece nenhuma garantia de que os governos prestem mais atenção às desigualdades, ao sofrimento ou a opressão da que prestam na atualidade em um

³⁷ Resina, Joan Ramon, "Pós-nacionalismo: a nova palavra da moda? Argumento em defesa das nações na era dos mercados globais", *Revista USP*, São Paulo, n.61, março-maio 2004, p. 180.

mundo em que as identidades nacionais conservam seu reconhecimento e relevo. A superação das nações e do Estado nacional exerceria algum impacto favorável em termos de incremento da justiça global? As evidências indicam que as desigualdades econômicas e sociais globais derivam, em parte, tanto de um compromisso ideológico com o internacionalismo neoliberal como do princípio da parcialidade nacional. De fato, é possível que em um mundo global pós-nacional a desigualdade seja, inclusive, mais acusada como consequência da adesão estrita ao programa econômico neoliberal. O importante aqui é salientar, infelizmente, que a desigualdade global é igualmente possível em um mundo sem nações e sem autodeterminação nacional.

Que motivará, portanto, a levar o sentido de responsabilidade ética para além das comunidades nacionais? As solidariedades nacionais, certamente, não eliminaram a violência, a desigualdade, nem a opressão e, em muitos casos, inclusive as incrementaram. Contudo, o balanço final é que ainda não se conseguiu demonstrar que em um mundo no qual as diferenças nacionais sejam superadas constitua uma alternativa normativa adequada. Talvez as teorias que defendem o mundo pós-nacional contribuam com uma crítica valiosa sobre algumas deficiências da parcialidade nacional, mas não conseguem demonstrar como nem por quê alguma outra forma alternativa de comunidade transnacional é capaz de substituir as nações como fundamento associativo eficaz para a cidadania e para o autogoverno democrático.

Pode inclusive chegar o dia em que, desde o ponto de vista empírico e normativo, as nações e os Estados sejam absolutamente irrelevantes, mas esse dia não chegou todavia, nem se acerca. A nação, louvada ou insultada, mostra igualmente poucos sinais de ser suplantada: "a globalização pode estar reestruturando a realidade política de certo modo, porém a relevância da ideia de nação como uma forma de integração social está longe de ser considerada obsoleta", afirma Ramon Resina.³⁸ As identidades nacionais oferecem uma fonte imperfeita, mas em todo caso valiosa, de coesão social. Por sua vez, o Estado nacional ainda é a principal arena política, o principal ator político no cenário internacional, e segue sendo o instrumento institucional mais importante para fazer valer os direitos básicos de cidadania. Se o Estado nacional não é mais a identidade política básica, os direitos individuais ficam desguarnecidos sem adquirirem proteção adequada tanto no âmbito interno como no plano internacional. Em outras palavras, a substituição do marco nacional pela comunidade global significa a redução ou eliminação de direitos, na medida em que não existe - pelo menos ainda - uma estrutura institucional internacional com força e eficácia suficiente para garantir a defesa dos direitos humanos. Isto não quer dizer que o sistema de Estados nacionais não apresente profundas deficiências práticas e éticas.

³⁸ *Ibidem*, p.179.

Entretanto, estas deficiências deveriam ser utilizadas como incentivo para a reforma do Estado, mais do que para a sua substituição. Extrai-se estas considerações com conhecimento pleno das muitas deficiências éticas do sistema de estados nacionais ante as catástrofes, os regimes políticos opressivos e criminais e o sofrimento de povos e culturas cuja busca por garantias, representatividade política e direitos de cidadania é acolhida com hostilidade, desconfiança ou indiferença. Os meios mais realistas, no meu entender, para abordar estas deficiências éticas residem na reforma do sistema internacional de estados, em lugar de sua substituição por completo. Concretamente, é necessário assinalar a necessidade de transformar o modelo obstinadamente persistente de Estado mononacional com formas de cidadania que apelem aos direitos sociais, às identidades, e às solidariedades da pluralidade de comunidades culturais existentes no seio dos estados contemporâneos. Não estou advogando em causa dos enfoques multiculturais ou de políticas desenvolvidas em nome do multiculturalismo, pois estes enfoques exageram as dimensões culturais da cidadania e, em efeito, subestimam a importância do componente democrático, o qual constitui o núcleo normativo da concepção de cidadania. É mais adequado que a sociedade civil organizada faça recair sobre os governos a obrigação de argumentar sobre as suas negativas em reconhecer as reivindicações de exercício pleno da cidadania ou o reconhecimento de direitos (no caso dos povos indígenas) no interior das fronteiras estatais. O que pode ser proposto são novas formas de cidadania que questionem o férreo vínculo entre Estado, nação, território e soberania, e que, portanto, sejam capazes de responder aos desafios que sugerem a diversidade e a pluralidade no interior dos Estados e a dependência econômico-financeira decorrente da globalização neoliberal. De todas formas, a sobrevivência do Estado dependerá de sua capacidade de transformação, e o Estado há dado mostras de ductilidade ao longo de sua dilatada história. Portanto, existe a necessidade de se repensar o papel do Estado, suas funções, configuração e "razão de ser", assim como o de determinados governos. Ademais, se faz imprescindível reconsiderar a utilidade do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional para o desenvolvimento das comunidades nacionais. Estas são questões e temas que não devem ficar restritos aos estudos econômicos, à Ciência Política ou à História das Relações Internacionais, mas devem ser incluídos, debatidos e reinterpretados no âmbito da historiografia nacional, a partir de estudos interdisciplinares.

Por uma (re)escrita da história nacional

*De certo modo, o zumbi quisera apagar todas as histórias do ser humano, todo seu devir histórico e, sobre este espaço, obrigar-nos a uma nova vivência do tempo, a uma visão não histórica da realidade. Francis Fukuyama destruiu teórica e conceitualmente a era da História, a versão histórica da nossa experiência vital. Os zumbis, algo menos conceituais, mas igualmente decididos, creem que esse fim da História passa por alimentar-se de todos os seres históricos que surgem a seu passo (Jorge Fernández Gonzalo, *Filosofía Zombi*)*

A globalização, desde sua dimensão cultural, é portadora de novas identidades, de novos pertencimentos. Seguramente que sim, todavia identidades antigas e novas não são incompatíveis. Enquanto os estados subsistirem, sob uma forma ou outra, cabe prever que experimentarão a conveniência de construir identidades coletivas e narrar sobre o seu passado.

Entretanto, a estrutura e a forma desta narrativa estão irrevogável e substancialmente destinadas a transformarem-se, como demonstram, nas últimas décadas, as discussões e as controvérsias historiográficas sobre o assunto. Desde fins do século passado, por quase todo o mundo Ocidental, a representação da "nação", assim como os relatos sobre a "memória coletiva", encontram-se em vias de revisão ou estão sendo reinterpretados, abandonando-se o velho paradigma da homogeneidade pelo da pluralidade. Em consequência, a história nacional também há de reinventar-se ou reescrever-se. Contudo, a boa ou má história, tanto no que se refere à qualidade como à orientação, depende mais da substância do que da forma: é possível uma narrativa nacional socialmente útil, não conservadora, preocupada pelo presente e pelo futuro da cidadania e, fundamentalmente, crítica. Seria triste se tivéssemos que repetir o lamento que Marc Bloch expressou em nome dos historiadores de seu tempo: "Nós não ousamos ser, na praça pública, a voz que grita, a voz que clama no deserto [...]. Preferimos nosso confinamento na quietude temerosa de nossos escritórios. [...]. A maioria de nós tem o direito de dizer que fomos bons operários.

Mas, fomos também bons cidadãos?"³⁹ Portanto, não lograremos uma narrativa nacional socialmente útil fazendo da História um monumento ou estando o historiador ensimesmado em seu gabinete, preocupado com "metas de produtividade", senão pensando formas de romper o hiato entre a sua produção e a sociedade em que vive e, sobre a qual, escreve. É necessário dentro do âmbito da História nacional, a ampliação, a reinterpretação e o aprofundamento de temas e enfoques de evidente relevância histórica, científica e social relacionados com a história do presente, assim como formar cidadãos que sejam capazes de refletir sobre si mesmos e sobre as implicações de suas condutas e opções.

Ademais, em termos analíticos e metodológicos, se trata de destacar o que há de universal nas aparentes especificidades do passado nacional e sua relação, a partir de estudos comparativos, com outras sociedades, culturas e experiências.⁴⁰

O leitor poderia questionar se a História nacional não estaria completamente superada, se é um gênero que pertence ao passado, e se as alternativas residiriam na História universal, na História global, na História regional ou na História local. Penso que não. O que existe é a necessidade de uma História nacional completamente renovada, de uma (re)escrita da história nacional que não há de ser fatalmente construída pelos nacionalismos de Estado, pelos nacionalismos ditos periféricos ou pelos regionalismos tradicionalistas.

Cabe ressaltar, porém, que a nação e o nacionalismo não devem ser considerados como refúgios conceituais, assim como não se deve subestimar a natureza camaleônica do nacionalismo e a facilidade com que se conjuga (e, muitas vezes, se subordina), com outras ideologias.⁴¹ O nacionalismo não é linear em suas manifestações e não podemos falar em nacionalismo, mas em nacionalismos. Contudo, deve-se reconhecer que a atração exercida pela nação e pelo nacionalismo é mundial, pois dificilmente existe uma zona no mundo que não tenha sido marcada por

³⁹ Bloch, Marc, *L'Étrange Défait*, Paris, Frانس-Tireurs, 1946 [1940], p. 188.

⁴⁰ Os passos básicos para realizar o procedimento, mais exigente, da comparação, são resumidos por Marc Bloch: "escolher, num ou diversos meios sociais, dois ou mais fenômenos que parecem, à primeira vista, apresentar certas analogias, descrever as suas linhas evolutivas, constatar suas semelhanças e diferenças e, na medida do possível, explicar umas e outras. Assim, duas condições são necessárias para que haja, historicamente falando, comparação: uma certa semelhança entre os fenômenos observados - o que é óbvio - e uma certa diferença entre os meios onde eles se produzem." Bloch, Marc, *Mélanges historiques*, Paris, Bibliothèque Générale de l'École Pratique des Hautes Études, 1963, p. 17. Sobre a comparação em História e o método comparativo ver também: Detienne, Marcel, *Comparer l'incomparable*, Paris, Seuil, 2000; Theml, Neyde; Bustamante, Regina Maria da Cunha, "História Comparada: olhares plurais", *Revista de História Comparada*, n.1, v.1, Junho de 2007; Pimenta, João Paulo Garrido, *Estado e nação na crise dos impérios ibéricos no Prata (1808-1828)*, Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1998.

⁴¹ Smith, Anthony D., *La nació en la Història*, Tradució Gustau Muñoz, Catarroja, Universitat de València/Editorial Afers, 2000.

conflitos nacionais e/ou étnicos, ou que não tenha testemunhado a ascensão de movimentos que exigem a independência ou maior autonomia política. O sonho nacionalista de um mundo de nações, cada uma delas ilusoriamente homogêneas e coesas, foi resgatado por diversos povos através do globo, e suscitou conflitos e resistências populares. Desta forma, o nacionalismo fornece talvez o mais constrangedor mito da identidade do mundo moderno que surge sob várias formas. Apesar disso, na atualidade, os nacionalismos não parecem perder qualquer parte de seu significado e do seu poder popular explosivo. Em outras palavras, a mundialização do nacionalismo é uma realidade poderosa. Não existe nada de fortuito ou de recente neste estado de coisas. Ele está enraizado numa longa história de sentimentos e de vínculos comunais, grupais, étnicos, muito anteriores ao nascimento do mundo moderno, mas que foram apropriados e revitalizados, a partir de fins do século XVIII, por sistemas de Estados burocráticos e por estruturas de classes capitalistas, dentre outros fatores.

Neste sentido, o que deve ser superada é a história ficcional de construção dos Estados e das nações, plasmada nos manuais escolares, e que se caracteriza pelos usos e abusos da história e da memória por partidos e governos, pelos nacionalismos de Estado (e periféricos) e por falazes historiadores casados com o poder. Em 1882, um importante patriota e teórico do nacionalismo, Ernest Renan, argumentaria que:

“O esquecimento, e eu até diria o erro histórico, são fatores essenciais na criação de uma nação, de modo que o progresso dos estudos históricos é, com frequência, um perigo para a nacionalidade. A investigação histórica, em efeito, projeta luz sobre fatos violentos que ocorreram nas origens de todas as formações políticas, inclusive naquelas cujas consequências foram mais benéficas. A unidade se faz sempre de modo brutal; a união da França [...] há sido o resultado de um extermínio e um contínuo terror durante aproximadamente um século”.⁴²

Portanto, segundo Renan, ainda que era academicamente verdadeiro que ditos atos de violência ajudavam a formar a nação, era importante que a gente comum os esquecera e que tomasse a nação como dada, não como violentamente criada, pois a partir do esquecimento (e dos erros históricos) se forjaria a coesão social e se manteria a unidade territorial do Estado. Contudo, a História nacional que omite os antagonismos do passado e as divergências no presente deve ser superada, pois, para

⁴² Renan, Ernest, *¿Qué es una nación? Cartas a Strauss*, Madrid, Alianza Editorial, 1987, pp. 65-66.

este tipo de História, o passado de um país se explica por si mesmo. A construção (e manutenção) violenta de nações não pode ser negada em nome da coesão social e da unidade territorial. O ressentimento é fruto mais da falta de reconhecimento no presente do que dos erros cometidos no passado. O que deve ser superado igualmente são os convencionalismos, fortemente arraigados, socializados e simbolizados sobre a nação.

No que se refere à História Universal, deve-se atentar para o fato de que as ideias concebidas como universais tem sua origem nacional, e foram, com frequência, instrumentos de influência ideológica de políticas imperialistas, e justificaram a hegemonia das grandes potências tanto no passado, assim como as legitimam no presente. Paul Ricoeur afirma que, em se tratando de História universal, "o paradoxo é enorme, pois a história proclamada mundial era escrita por historiadores patriotas".⁴³ Por conseguinte, "saber se a história pode ser escrita desde um ponto de vista cosmopolita passa a ser, então, um ponto de discussão."⁴⁴ E, por fim, sentencia: "A musa da História não é Polímnia? Ora, é impossível reviver um passado que se torna exterior aos próprios grupos."⁴⁵

Também se pode assinalar que no que se refere à História local resulta inevitável o peso e as implicações do Estado; de igual forma, na história dos movimentos sociais, de alcance internacional, as condições nacionais resultam imprescindíveis para explicar por que arraigam em alguns lugares, e não em outros. Como afirmou Ricoeur, "a nação continua a ser a referência principal da memória histórica, e a pesquisa histórica continua a distinguir história da França, história da Alemanha, história da Itália."⁴⁶ Desde a perspectiva econômica, Graig Calhoun assinala que: "De fato, ainda que os mercados nunca se detiveram nas fronteiras nacionais e os fluxos de capital e outros processos econômicos se internacionalizaram há muito tempo, o discurso cotidiano continua dirigindo-se às pessoas como membros de economias nacionais."⁴⁷

Em realidade, não existe a possibilidade de escrever uma história não nacional, ainda que nem sempre desde uma perspectiva nacional, pois a ampliação das perspectivas históricas não substituem a História nacional, mas a abre, a amplia, a enriquece com pontos de vista externos.⁴⁸ Desta forma, a História nacional na América Latina deve levar em consideração a história crítica comparada dos Estados, das nações, das regiões, das localidades, e decididamente incluir em seu marco a história

⁴³ Ricoeur, Paul, *A memória, a história, o esquecimento*, Tradução de Alain François, Campinas, Unicamp, 2007, p. 317.

⁴⁴ *Ibidem*.

⁴⁵ *Ibidem*, p. 408.

⁴⁶ *Ibidem*, pp. 407-408.

⁴⁷ Calhoun, Graig, *Nacionalismo*, Buenos Aires, Libros del Zorzal, 2007, p. 194.

⁴⁸ Hernández Sandoica, Elena, *Tendencias historiográficas actuales: escribir la historia hoy*, Madrid, Akal, 2004.

social, principalmente a história da cidadania e a história ambiental do país, imprescindíveis, como já foi mencionado, diante da destruição, em larga escala, da natureza pelo uso irresponsável dos recursos naturais, e do desmonte compulsivo do Estado de bem-estar social, a partir dos anos 1990, pelas forças do capitalismo avançado, pelas políticas e ideologias neoliberais e neoconservadoras.

Além disso, e perante a proposta de reescritura da história nacional, se fazem necessárias reflexões acerca das implicações sociais de nossa atividade profissional, pois ademais de por de manifesto nossas responsabilidades como construtores y destruidores de mitos, forjadores e debeladores de identidades e de "memórias coletivas", talvez seja o momento de repensar não só como foi escrita a história nacional, mas, ao mesmo tempo, atentar sobre a deontologia da profissão, a primordial reflexão sobre as responsabilidades do historiador no seio de uma sociedade que talvez já não admita com facilidade que esta profissão continue resguardada pela Ciência sem prestar atenção às repercussões de seu ofício. Sendo assim, se o historiador do nacional deseja reencontrar seu público terá que redefinir seus propósitos, sem perder a integridade acadêmica. Não se trata de escrever ou reescrever outra forma de informação e entretenimento intercambiável com a ficção, mas de tornar a História nacional algo bem mais construtivo do que o embrutecimento de uma área do conhecimento que outrora foi respeitável. Portanto, a História nacional deve ser concebida como um instrumento para mudar a forma de pensar, para a promoção do discernimento e da autocrítica, sob pena de se assistir a substituição de uma comunidade de cidadãos por uma comunidade de consumidores.

Deve-se ressaltar que, a História nacional, não se limita à história política, assim como não é apenas forjadora de representações culturais e simbólicas, mas é também história fundamentalmente social, formadora de valores para a convivência em sociedades que devem ser reconhecidas como plurais. É sabido que todos escrevem de um lugar social que de alguma forma marca as suas interpretações. Obviamente que isto não significa ausência de critérios e há que se considerar o peso das evidências. A partir da confrontação de teses opostas, no pensar dialeticamente, no reconhecer limitações e deficiências nas abordagens, na construção de uma síntese, na reflexão teórica e metodológica, é que os usos e abusos políticos e ideológicos da história e da memória são debelados. Existe, neste sentido, uma sabia recomendação de Marc Bloch que assinala que a função do historiador é antes compreender que julgar,⁴⁹ pois pretender o juízo antes que a observação e a explicação é o caminho direto para incorrer na história anacrônica, no mal uso da história ou em sua degeneração em política da história.⁵⁰ Entretanto, dito isto, também se deve contemplar o fato de que deve existir um bom uso político da história. Apesar de que não correm bons tempos

⁴⁹ Bloch, Marc, *Introducción a la Historia*, México, Fondo de Cultura Económica, 1978, p. 108.

⁵⁰ Habermas, Jürgen, *La consciencia posnacional. Ensayos políticos*, Barcelona, Paidós, 2000.

para o compromisso, há a necessidade de que o historiador se vincule com a defesa dos princípios básicos do sistema democrático e extraia da história as aprendizagens correspondentes. O relativismo cognitivo adotado em certos âmbitos acadêmicos não deve derivar em relativismo moral, que conduz a uma espécie de neutralidade ou equidistância frente aos problemas nacionais. Não se pode negar que exista um sentido moral (e ético) na história,⁵¹ assim como não é possível negligenciar o fato de que o uso político da história há sido uma constante através do tempo. Se por um lado, o historiador do nacional, no passado, se punha de bom grado a serviço do Estado, por outro, a História há sido e é uma disciplina apossada desde os poderes públicos, que pretendem de forma reiterada empregá-la conforme os seus interesses. A história se há visto, portanto, instrumentalizada e adequada pelo poder de turno, o que há provocado desconfiança sobre a sua capacidade heurística.⁵² Desde o século XIX, ou seja, desde que a História conquistou o *status* de Ciência, a utilização partidária da história se incrementou, tornando mais árdua a relação entre a busca do conhecimento do passado por parte do historiador e o reclamo que se faz ao historiador para que sirva a um determinado uso político.⁵³ Por exemplo, o objetivo de doutrinar o cidadão conforme os interesses do Estado foi o papel desempenhado pela História nacional no século XIX e, pelo menos, durante a primeira metade do século XX. Esta forma de escrever a história *desde e para* o Estado nacional não provocava somente uma redução do marco geográfico e temático, mas também excluía a amplos setores sociais e étnicos que não encaixavam nas propostas unificadoras e uniformizadoras do modelo "nacional" (estatal). De certo modo, o historiador do nacional não só pecava de chauvinista, mas também excluía uma parte significativa de sua própria sociedade, o que, de alguma maneira, está detrás dos inflamados debates acerca da inclusão ou modificação dos conteúdos históricos nos currículos escolares e universitários.

Não por acaso a História é uma forma de discurso com uma evidente projeção sobre o presente, incide sobre ele, contém, portanto, uma carga política, o que não torna rara ou estranha a vontade de manipulação que deve suportar. Na atualidade, a concentração de poder que pode ser observada em nossa sociedade e o crescente influxo social dos diferentes meios de comunicação acrescentam novos ingredientes a esta manipulação da história, e a que se formalize uma memória nacional alijada do factual.

⁵¹ Gaddis, John Lewis, *El paisaje de la historia. Cómo los historiadores representan el pasado*, Barcelona, Anagrama, 2004.

⁵² Carreras, Juan José; Forcadell, Carlos, "Historia y política: los usos", en *Usos públicos de la Historia*, Madrid, Marcial Pons, 2003, pp. 11-45.

⁵³ Hartog, François; Revel, Jacques, *Les usages politiques du passé*, París, Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2001; Pasamar, Gonzalo, "Los historiadores y el 'uso público de la Historia: viejo problema y desafío reciente", *Ayer*, n. 49, 2003, pp. 221-248.

Não obstante, na medida em que a síntese histórica forma parte da cultura política dos cidadãos, o historiador não pode deixar de contribuir direta ou indiretamente à história nacional de seu país, mas não pode renunciar à perspectiva crítica. Para isto, é fundamental a recuperação da autonomia para decidir os rumos da investigação histórica. Essa recuperação da autonomia, não se restringe aos historiadores, mas também aos sociólogos, aos economistas, aos cientistas políticos, e todos aqueles que se dedicam à produção e difusão de conhecimento. Não o conhecimento pensado a partir da quantificação, da educação pensada como mercadoria, e que se desenvolve nas universidades submetidas à racionalidade capitalista, universidade essa que está sendo transformada em instituição tecnocrática, segundo a lógica de um capitalismo cínico e tecnocrático, desinteressada de qualquer função crítica e cuja incumbência é diplomar os que contribuirão para a manutenção da (des)ordem capitalista. De fato, a insistência na produtividade, sem a menor preocupação com a recepção, com a qualidade e com a relevância social das pesquisas, leva a mediocridade a caminhar de mãos dadas com o conformismo. Contudo, para que o historiador possa contribuir direta ou indiretamente para a história nacional de seu país, e reescrevê-la sem renunciar à perspectiva crítica, deve, segundo Olivier Dumolin, "reencontrar o sentido de suas condutas, de seus atos, de suas palavras".⁵⁴ Ao (re)escrever a história nacional, e aqui reside a pertinência desse ramo da historiografia, o historiador deve considerar as formas de discriminação e de exclusão, as ficções e os subterfúgios do imaginário nacional, assim como as contradições, as omissões, os silêncios, as distorções, as divisões e os desacordos, pois todos esses aspectos formam parte da história nacional. Em efeito, o que se propõe com este texto é uma História nacional renovada e ampliada, que parta de uma profunda reinterpretação dos principais elementos que, inegavelmente estão vinculados à escrita da história nacional, ou seja, a nação, a identidade nacional, o nacionalismo, o Estado e a "memória coletiva", e que leve em conta alguns pressupostos expostos a seguir.

Em primeiro lugar, toda história nacional começa com o nascimento de sua representação. Neste sentido, deve-se analisar como a nação foi representada (interna e externamente)⁵⁵ em diversos períodos históricos; quais foram os elementos constitutivos do discurso sobre o nacional; quais foram os sujeitos do discurso, os objetivos e os interesses em jogo; considerando também as mutações de sentido nos

⁵⁴ Dumoulin, Olivier, *Le rôle social de l'historien. De la chaire au prétoire*, Paris, Éditions Albin Michel, 2003, p. 48.

⁵⁵ Segundo Alberto Rosa e outros autores, "[...] para que uma entidade possa ter autoconsciência precisa de uma representação de si mesma. Tal representação é tanto uma imagem, um conceito de si, como um conjunto de representações sobre seu próprio ser", Rivero, A. R.; Bellelli, Guglielmo; Bakhurst, D. (eds.). Rivero, Alberto Rosa; Bellelli, Guglielmo; Bakhurst, David (eds.), "Representaciones del pasado, cultura personal e identidad nacional", en *Memoria colectiva e identidad nacional*, Tradução de Sonia Rodrigues, Madrid, Biblioteca Nueva, 2000, p. 43.

usos políticos e culturais do conceito de nação e as explicações dadas pela historiografia dos séculos XIX e XX sobre o surgimento e desenvolvimento dos Estados nacionais. As perguntas que o historiador deve fazer são: Sobre o que há de se escrever sobre a História nacional? Como se há escrito a história do país? Como se há ensinado? Como se há celebrado e comemorado? A ênfase reside em como e por qual razão fomos representados de tal maneira no passado, como somos representados no presente e como queremos ser recordados no futuro. As representações sobre a nação, portanto, não podem prescindir da relação entre o passado, o presente e o futuro. A análise dessas representações, além do caráter interdisciplinar, deverá, em termos metodológicos, contar com estudos comparativos.

Em segundo lugar, parte-se do pressuposto de que os conceitos são instrumentos de compreensão, e não realidades concretas. Assim sendo, no que se refere ao conceito de nação, se afirma que não existe a possibilidade de uma definição genérica e unívoca, pois se há de considerar que toda nação, em seus aspectos políticos, sociais, econômicos e culturais, é particular e histórica. Em muitos discursos sobre a nação, ela apresenta um caráter mítico, pois aparece como algo que sempre há existido, o que se vê reforçado pelo fato de que o passado se faz presente de maneira contínua através da presença de tradições que encarnam memórias, mitos, vínculos preexistentes e valores de épocas passadas. Seria mais adequado afirmar que o termo nação foi sacralizado pelo discurso nacionalista⁵⁶ e, em consequência, se construiu uma concepção de nação como categoria de associação mítica e eterna. Contudo, pode-se sustentar que as nações não são naturais e imutáveis, mas transformam-se com o tempo. Apesar de que a nação ainda hoje possa ser concebida como um fato natural, constitutivo do ser individual e coletivo, no marco deste estudo, a nação passa a ser pensada como uma construção discursivo-ideológica, social, simbólica, cultural e política que se desenvolve em determinados contextos históricos. Deve-se ter em mente que a nação é uma construção temporal e deve ser concebida como fruto de negociações coletivas. Em efeito, se trata de compreender a nação como um processo não pensado de maneira evolutiva ou teleológica, não necessariamente lineal, mas a partir de avanços e retrocessos sociais, políticos, culturais e ideológicos. Deve-se levar em consideração que a nação também pode ser pensada como algo imaginado, devido a carga emocional e simbólica que comporta,

⁵⁶ O nacionalismo pode ser entendido como uma ideologia política e uma forma discursiva que tem por objetivo construir a ideia de nação, a partir da integração de elementos objetivos e subjetivos que a formariam, criando uma estratégia cultural e política enquanto movimento social e político, para edificá-la, "reconstruí-la", mantê-la ou expandi-la, propondo ser uma expressão da vontade política de seus membros de projetar e construir seu futuro, seja através de um estado próprio ou não. Abrão, Janete, "Nacionalismo cultural y político: la doble cara de un proyecto único: Cataluña", Tese de Doutorado em História Contemporânea, Barcelona, Universidad de Barcelona, 2007.

assim como as tradições podem ser parcialmente e discursivamente inventadas⁵⁷. Não obstante, desde a segunda metade do século XX, surgem condições que incitam os contemporâneos a repensar a nação em um contexto plural, de diversidade étnico-cultural, ideológico, social e político. Contudo, todo o projeto nacional ou ideia de nação deve ter ressonância social e cultural para ser eficaz; não é fruto apenas de um *bricolage* pensado pelas elites. Deve-se estar atento para o fato de que a construção discursiva da nação se origina de vínculos comunais, étnicos, grupais, e de elementos políticos, culturais e simbólicos, muitos deles, pré-existentes ao estado moderno. Inevitavelmente, isto supõe considerar, na escrita da história nacional, uma série de conceitos e pressupostos relacionados com o desenvolvimento do Estado como, por exemplo, o de "identidade nacional" e o de "memória coletiva".

No que se refere à identidade nacional é a principal forma de identificação coletiva na atualidade. Quaisquer que sejam os sentimentos dos indivíduos, ela fornece o critério dominante de cultura. Outros tipos de identidade coletiva - de classe, de gênero, de raça, de religião - podem sobrepor-se ou conjugar-se com a identidade nacional, mas raramente conseguem debilitar o seu poder, embora possam influenciar em sua direção. A identidade nacional trata-se de um fenômeno mundial. Embora existam situações em que é considerada mais importante do que outras, também é possível dizer que penetra na vida de indivíduos e de comunidades em quase todas as esferas de atividade. Na esfera cultural, a identidade nacional revela-se em toda uma variedade de pressuposições, de mitos, de valores e de memórias, bem como na linguagem, nas leis, nas instituições e nas cerimônias. Em realidade, o nascente Estado moderno fez todo o necessário para transformar a identidade nacional (em outros contextos também denominada de "caráter nacional") em um dever obrigatório a todas as pessoas que se encontravam no interior de sua soberania territorial. Segundo Zygmunt Bauman: "Nascida como ficção, a identidade precisava de muita coerção e convencimento para se consolidar e se concretizar numa realidade (mais corretamente: na única realidade imaginável) - e a história do nascimento e da maturação do Estado moderno foi permeada por ambos".⁵⁸ Assim, o Estado nacional, uma unidade política, jurídica e territorial, a fim de conseguir a coesão do todo supostamente homogêneo, construiu a identidade nacional para reforçar o fato de que nós não somos como "eles", ou seja, para excluir do direito à cidadania todos os que não nasceram dentro de suas fronteiras. Desde outra perspectiva, a nação e a identidade nacional, ao dirigirem o compromisso de lealdade básica dos cidadãos,

⁵⁷ Hobsbawm, Eric; Ranger, Terence (orgs.), *A invenção das tradições*, 2 ed., Tradução de Celina Cavalcante, São Paulo, Paz & Terra, 1997. "A invenção deve ser entendida em outro sentido: é uma recombinação inédita de elementos já existentes", Smith, Anthony, "O nacionalismo e os historiadores", em Balakrishnan, Gopal (org.), *Um mapa da questão nacional*, Tradução de Vera Ribeiro, Rio de Janeiro, Contraponto, 2000, p. 302.

⁵⁸ Bauman, Zygmunt, *Identidade*, Tradução de Carlos Alberto Medeiros, Rio de Janeiro, Zahar, 2005, p. 26.

tornaram-se a única fonte de legitimidade internacional, de validade para um sistema internacional de Estados. Em outras palavras, o sistema interestatal tem como premissa o padrão da nação como entidade única de lealdade política. Contudo, existe uma absoluta complexidade e variedade de "identidades nacionais", pois a identidade nacional é uma elaboração abstrata e multidimensional, que penetra numa grande variedade de esferas da vida e que manifesta muitas permutas e combinações. Conforme esclarece Rivero e outros autores, a identidade pessoal e social, enquanto elementos constitutivos da nação, "[...] são produtos socioculturais situados no tempo".⁵⁹ Portanto, os atos de identificação estão situados historicamente, ou seja, "[...] são produzidos em contextos concretos, têm sua dramaturgia própria e, quando ao mesmo tempo são atos da fala, estão dirigidos a interlocutores particulares e tem uma natureza inerentemente dialógica."⁶⁰ Desta forma, pensar o que o sujeito (individual e coletivo) efetiva e realmente é (o que somos?), desvelar o seu "autêntico ser", implicaria uma concepção essencialista da identidade, que não tem lugar nessa proposta de reflexão sobre a escrita ou de reinterpretação da história nacional. Ainda que a identidade nacional possa ser compreendida como uma das identidades formadoras do ser individual e coletivo, trata-se de uma construção e de um processo, que não pode ser pensado de forma imutável, fixa e inegociável, da mesma forma que não se pode pensar a tradição como algo fixo e imutável ou que o pertencimento seja algo irrevogável. Assim sendo, a nação e a identidade nacional, devem ser entendidas a partir de uma análise sobre o processo histórico de formação dos Estados nacionais e de como as nações e as identidades foram discursivamente construídas e imaginadas a partir de determinados contextos históricos. Não podemos passar por alto a distinção crucial entre a realidade e a percepção da realidade. As condutas, muitas vezes, não se inspiram na realidade, mas no que as pessoas creem que é real. Na (re)escrita da História nacional deve-se levar em consideração que a chave deste universo de construção de nações e de identidades não é só a da manipulação e do arrebatamento sentimental, senão também a da exclusão, do esquecimento, do silêncio e da amnésia histórica, e que devem ser combatidos.

Segundo Josefina Cuesta, "o conhecimento histórico é um conhecimento que, por contágio da memória, está tentado pelos perigos de conformismos fixos, de sacralizações abusivas, de simplismos mediáticos ou por deploráveis banalizações."⁶¹ Desta forma, se faz necessário abordar a "memória coletiva" e sua relação com a História nacional. Convém, primeiramente, entender a memória coletiva como a

⁵⁹ Rivero, Alberto Rosa; Bellelli, Guglielmo; Bakhurst, David (eds.), "Representaciones del pasado, cultura personal e identidad nacional", en *Memoria colectiva e identidad nacional*, Tradução de Sonia Rodrigues, Madrid, Biblioteca Nueva, 2000, p. 51-57.

⁶⁰ *Ibidem*, p. 56.

⁶¹ Cuesta, Josefina, *La odisea de la memoria. Historia de la memoria en España siglo XX*, Madrid, Alianza Editorial, 2008, p. 55.

seleção, a interpretação e a transmissão de certas representações (culturais, políticas, sociais e simbólicas) do passado produzidas e conservadas especificamente desde o ponto de vista de um grupo social determinado. De esta forma, se distingue a memória difusa de uma sociedade (memória social, memória *em* e *da* sociedade, independente e sem suporte de nenhum grupo) e a memória delimitada e atualizada de um grupo (memória coletiva) ou de vários grupos, pois não se pode falar de memória, mas de memórias.

O dever de memória é valorizado incessantemente, mas recordar um acontecimento é totalmente inócuo se ele não for explicado. Convém fazer compreender como e porque motivo as coisas aconteceram e acontecem. Eis porque, segundo Antoine Prost, "a história não deve estar a serviço da memória; ela deve aceitar, certamente, a demanda da memória de seus contemporâneos com a condição de transformá-la em História."⁶² Sabe-se que a História é um instrumento fundamental para construir determinados imaginários e, portanto, requerida pelos setores que buscam ter influência social e, especificamente, pelo poder político que trata de utilizar a história conforme suas conveniências, normalmente como instrumento de legitimação. Em consequência, existe por parte dos poderes políticos o objetivo de sacralizar uma determinada memória coletiva, que se apresentaria como memória indiscutida, que seria apresentada como o "sentir" (não uma das maneiras de sentir) da comunidade, uma história, em suma, oficial e canônica. Por isso, o historiador do nacional deve estar ciente de que a memória tem como uma de suas principais projeções a forma como é conduzida pelos poderes públicos, com a finalidade de utilizá-la como instrumento privilegiado do controle do presente.⁶³ Desde este âmbito se desenvolve, portanto, uma política do controle da lembrança, das recordações, para convertê-las em sustento fundamental de afirmação da própria identidade tanto individual como, sobretudo, coletiva.⁶⁴ Se produz, deste modo, uma mobilização da memória a serviço da busca, da reivindicação da identidade, conceito este, por demais, frágil, que gera confrontação (a afirmação frente ao "outro"), e tende a ocultar a diversidade, a pluralidade, e a obscurecer a problemática do grupo, resultando em uma categoria analítica questionável.⁶⁵

Se busca através da recriação da memória, e de sua formalização em distintos símbolos e lugares, que a ideia difusa de nação se concretize, aproximando-a dos cidadãos. Chama a atenção, a este respeito, determinados enfoques da História nacional que mergulham no passado rastreando antecedentes com os quais dar alento

⁶² Prost, Antoine, *Doze lições sobre a história*, Belo Horizonte, Autêntica, 2008, p. 272.

⁶³ Peiró Martín, Ignacio, "La era de la memoria: reflexiones sobre la historia, la opinión pública y los historiadores", *Memoria & Civilización*, Navarra, Universidad de Navarra, n.7, 2004, pp. 243-294.

⁶⁴ Todorov, Tzvetan, *Los abusos de la memoria*, Barcelona, Paidós, 2002.

⁶⁵ Ricoeur, Paul, *La memoria, la Historia, el olvido*, Madrid, Trotta, 2003, p. 121; Brubaker, Roger; Cooper, Frederick. "Beyond identity", *Theory and Society*, n. 29, 2000, p. 1-47.

a determinados projetos políticos. Se narra sobre fatos ou autores pretéritos forçando interpretações e atribuindo-lhes significações alheias a seu marco histórico, caindo em essa sorte de história anacrônica.⁶⁶ De todas formas, convém em qualquer caso ressaltar o risco que representa canonizar uma determinada memória coletiva eliminando a inconveniente diversidade de interpretações do passado. A memória coletiva, assim como a identidade nacional, quando tem sentido, tendem a ser objeto de um combate político no qual, com o fim de redefinir o presente comum, se enfrentam e se negociam relatos contraditórios sobre os símbolos capitais do passado coletivo e a relação dessa coletividade com esse passado.⁶⁷ Por sua vez, a História, ademais de constituir-se em saber científico, é também espaço de interpretações e, como tal, um campo de batalha onde se produz o choque entre distintas visões, interesses e ideologias. Ainda que a memória coletiva de uma sociedade ou grupo humano não deve confundir-se com a historiografia, pode-se falar de uma batalha pela memória a propósito do enfrentamento entre distintas interpretações historiográficas. A modo de exemplo, basta assinalar o peso que tem na formação da consciência cidadã as visões hegemônicas da história nacional expressadas através dos textos escolares para entender a transcendência cultural e política deste combate, além do plano estritamente acadêmico e historiográfico. De todas formas, ainda que se reconheça as dificuldades e os conflitos inerentes a relação entre a memória e a História, a memória de uma coletividade deve ser discutida e negociada publicamente pelos diversos setores da sociedade para, então, transformar-se em História.

Considerações finais

O pluralismo e a diversidade não devem ser considerados como problemas e obstáculos para a escrever a História nacional, mas devem ser reconhecidos como recursos de valor para ativar o processo de conhecimento e análise crítica do passado e do presente.

Contudo, como reconduzir ao âmbito nacional e à História nacional as experiências plurais de atores sociais, políticos, étnicos e culturais que somente imposições ideológicas muito arraigadas permitiam imaginar como homogêneas? De acordo com Norbert Elias, é a partir da relação com uma forma específica de Estado, e com as políticas públicas derivadas dele, que se constrói rasgos comuns identificáveis

⁶⁶ Skinner, Quentin, "Significado y comprensión en la historia de las ideas", en *Giro Contextual. Cinco ensayos de Quentin Skinner y seis comentarios*, Madrid, Tecnos, 2007.

⁶⁷ Novick, Peter, *¿Vergüenza o victimismo? El holocausto en la vida americana*, Madrid, Marcial Pons, 2007.

no corpo heterogêneo dos habitantes de uma entidade política nacional.⁶⁸ E assim sendo, pode-se afirmar, de forma contundente, que o que determina as possibilidades de prosperidade e convivência em um país não são as histórias nacionais trufadas de mitos, muitos deles nascidos da falta de liberdade, da obsessão étnica ou da ausência de cidadania; de narrativas que distorcem o passado e entorpecem o conhecimento, senão a consciência e a vontade política de quem o habita, a vontade de fazer do presente um território ético e um lugar para todos. A ideia que moveu cada página deste texto é que o presente de qualquer nação é definido pelos cidadãos, e não pela imposição da força pelos defensores de um capitalismo cínico; não pela interpretação da história e da memória nacional imposta por determinados grupos sociais que obedecem a interesses particulares; não pela solidão da torre, mas pela convivência integradora baseada no diálogo e respeito mútuo; não pela falácia de que outro mundo (alternativa) não é possível. Se, por um lado, a pluralidade e a diversidade devem ser concebidas como recursos de valor, por outro, a escrita da história nacional não deve ser uma colcha de retalhos, nem um mosaico de memórias, não deve ser concebida como uma história em migalhas, a fragmentada história das mulheres, dos negros, dos homossexuais, dos trabalhadores, dos excluídos, das elites, mas uma história que leve em consideração a contribuição de todos os cidadãos e habitantes de um país, de todas as culturas, de todos os protagonistas silenciados, excluídos, torturados e vencidos. A escrita ou reescrita da história nacional necessariamente deve ampliar seus enfoques de acordo com os problemas enfrentados pela sociedade. Além dos temas assinalados ao longo do texto, se acrescenta outros, tais como o tráfico de mulheres, a corrupção, o machismo (de homens e mulheres) e a violência de gênero, a escravidão ainda existente em países como o Brasil, a exploração da mão-de-obra infantil, a violência urbana, os regimes ditatoriais, a democracia sequestrada ou nominal, os populismos e suas relações com a hegemonia liberal, mas também outras demandas de história e de memória, como, por exemplo, a história ambiental do país, do movimento negro, dos projetos de desenvolvimento dos anos 1960, na América Latina, que passavam por transcendentais decisões políticas e mudanças estruturais, que buscavam romper os marcos da dependência econômica, política e cultural com relação aos centros de poder hegemônico ou de poder imperial mundiais e o capital transnacional em ascensão, mas que foram violentamente silenciados pelo terrorismo de Estado e que foram reduzidos, em termos de historiografia, a governos considerados meramente populistas (em seu sentido pejorativo ou a uma adjetivação).

Em termos metodológicos, o fato de propor escrever ou reescrever histórias nacionais em suas interações implica, necessariamente, o emprego de estudos interdisciplinares e comparativos (o marco nacional relacionado ao local, ao regional e

⁶⁸ Elias, Norbert, *I tedeschi. Lotte di potere ed evoluzione dei costumi nei secoli XIX e XX*, Bologna, Il Mulino, 1991.

ao mundial) para que se possa compreender a história nacional a partir de uma perspectiva multidimensional, assim como os sentidos atribuídos a essa (re)escrita.

Por fim, como se deve (re)escrever a história nacional? Pensando que esta pode ser a base de um futuro. O futuro é uma opção criativa, não é um legado. A História nacional é um legado voltado para o presente e o futuro. Um presente em que se vislumbre a construção de comunidades nacionais que valorizem a cultura própria tanto quanto a alteridade, que façam uso racional dos recursos naturais e que respeitem os demais seres vivos, que superem o elitismo, a corrupção, a violência de gênero, a hipocrisia, o convencionalismo, as concepções racialistas e a profunda desigualdade social. Tudo isso implica um conjunto de valores, pois o que forma e diferencia uma nação não é a língua ou determinações de ordem biológica, mas os princípios baseados fundamentalmente na ética, e não na lógica zumbi de um capitalismo desenfreado.

Referências bibliográficas

- Abrão, Janete, "Nacionalismo cultural y político: la doble cara de un proyecto único: Cataluña", Tesis de Doctorado en Historia Contemporánea, Barcelona, Universidad de Barcelona, 2007.
- Anderson, Perry, "Historiador faz balanço do neoliberalismo", *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 20 de maio de 1995, Cadernos de Cultura, p. 2.
- Balakrishnan, Gopal (org.), *Um mapa da questão nacional*, Tradução de Vera Ribeiro, Rio de Janeiro, Contraponto, 2000.
- Bauman, Zygmunt, *Identidade*, Tradução de Carlos Alberto Medeiros, Rio de Janeiro, Zahar, 2005.
- Berlin, Isaiah, *Las raíces del romanticismo*, Madrid, Taurus, 2000.
- Bethell, Leslie (org.), *História da América Latina. Da independência até 1870*, Tradução de Maria Clara Cescato, São Paulo/Brasília, Universidade de São Paulo/ Fundação Alexandre de Gusmão, 1 ed., v. 3, 2004.
- Bloch, Marc, *L'Étrange Défait*, Paris, Francs-Tireurs, 1946 [1940].
- _____ *Mélanges historiques*, Paris, Bibliothèque Générale de l'École Pratique des Hautes Études, 1963.
- _____ *Introducción a la Historia*, México, Fondo de Cultura Económica, 1978.
- Brubaker, Roger; Cooper, Frederick, "Beyond identity", *Theory and Society*, n. 29, 2000, pp. 1-47.
- Calhoun, Graig, *Nacionalismo*, Buenos Aires, Libros del Zorzal, 2007.
- Carreras, Juan José; Forcadell, Carlos, "Historia y política: los usos", en *Usos públicos de la Historia*, Madrid, Marcial Pons, 2003, pp. 11-45.
- CEPAL, *Globalización y desarrollo. El carácter histórico y multidimensional de la globalización*, Brasilia, mayo de 2002.
- Coleman, William D.; Perl, Anthony, "Internationalized policy environments and policy network analysis", *Political Studies*, n. 47, 1999, pp. 691-709.

- Cuesta, Josefina, *La odisea de la memoria. Historia de la memoria en España siglo XX*, Madrid, Alianza Editorial, 2008.
- De Blas Guerrero, Andrés, *Enciclopedia del nacionalismo*, Madrid, Alianza Editorial, 1999.
- Detienne, Marcel, *Comparer l'incomparable*, Paris, Seuil, 2000.
- Dumoulin, Olivier, *Le rôle social de l'historien. De la chaire au prétoire*, Paris, Éditions Albin Michel, 2003.
- Elias, Norbert, *I tedeschi. Lotte di potere ed evoluzione dei costumi nei secoli XIX e XX*, Bologna, Il Mulino, 1991.
- Estefanía, Joaquín, "El fenómeno de la globalización", en Tamayo-Acosta, Juan José (dir.), *10 palabras clave sobre globalización*, Navarra, Editorial Verbo Divino, 2002, pp. 11-51.
- Gaddis, John Lewis, *El paisaje de la historia. Cómo los historiadores representan el pasado*, Barcelona, Anagrama, 2004.
- Gonzalo, Jorge Fernández, *Filosofía zombi*, Barcelona, Anagrama, 2011.
- Gutiérrez, Germán, "Globalización y derechos humanos", en Tamayo-Costa, Juan José (dir.), *10 palabras clave sobre globalización*, Navarra, Editorial Verbo Divino, 2002, pp. 285-325.
- Habermas, Jürgen, *La consciencia posnacional. Ensayos políticos*, Barcelona, Paidós, 2000.
- Hall, Stuart, *A identidade cultural na pós-modernidade*, 3 ed., Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro, Porto Alegre, L&PM, 1999.
- Hartog, François; Revel, Jacques, *Les usages politiques du passé*, París, Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2001.
- Hernández Sandoica, Elena, *Tendencias historiográficas actuales: escribir la historia hoy*, Madrid, Akal, 2004.
- Hobsbawm, Eric; Ranger, Terence (orgs.), *A invenção das tradições*, 2 ed., Tradução de Celina Cavalcante, São Paulo, Paz & Terra, 1997.
- Kant, Immanuel, *A paz perpétua e outros opúsculos*, Lisboa, Edições 70, 1992.
- Keating, Michael, *Plurinational democracy: Stateless nations in a post-sovereignty era*, Oxford, Oxford University Press, 2001.

- Kymlicka, William, "Citizenship in an era of globalization: Comentario on Held", en Shapiro, Ian; Hacker-Cordón, Casiano (eds), *Democracy's edges*, Cambridge, Cambridge University Press, 1999, pp.112-126.
- MacCormick, Neil, *Questioning Sovereignty: Law, State, and Nation in the European Commonwealth (Law, State, and Practical Reason)*, Oxford, Oxford University Press, 1999.
- Martins, Carlos Eduardo, *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina*, São Paulo, Boitempo, 2011.
- Millward, Alan S., *The European rescue of the nation state*, 2 ed., Londres, Routledge, 2000.
- Novick, Peter, *¿Vergüenza o victimismo? El holocausto en la vida americana*, Madrid, Marcial Pons, 2007.
- Nye Jr., Joseph S.; Donahue, John D., *Governance in a globalization world*, Washington, D.C., Brookings Institution, 2000.
- Paz, Octavio, *O Labirinto da Solidão e Post-scriptum*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
- Peiró Martin, Ignacio, "La era de la memoria: reflexiones sobre la historia, la opinión pública y los historiadores", *Memoria & Civilización*, Navarra, Universidad de Navarra, n.7, 2004, pp. 243-294.
- Prost, Antoine, *Doze lições sobre a história*, Belo Horizonte, Autêntica, 2008, p. 272.
- Renan, Ernest, *¿Qué es una nación? Cartas a Strauss*, Madrid, Alianza Editorial, 1987.
- Resina, Joan Ramon. "Pós-nacionalismo: a nova palavra da moda? Argumento em defesa das nações na era dos mercados globais." *Revista USP*, São Paulo, n.61, março-maio 2004, pp. 174-195.
- Ricoeur, Paul, *A memória, a história, o esquecimento*, Tradução de Alain François, Campinas, Unicamp, 2007.
- _____ *La memoria, la Historia, el olvido*, Madrid, Trotta, 2003.
- Ricupero, Bernardo, *O romantismo e a ideia de nação no Brasil (1830-1870)*, São Paulo, Martins Fontes, 2004.
- Rivero, Alberto Rosa; Bellelli, Guglielmo; Bakhurst, David (eds.), "Representaciones del pasado, cultura personal e identidad nacional", en *Memoria colectiva e identidad nacional*, Tradução de Sonia Rodrigues, Madrid, Biblioteca Nueva, 2000, pp. 51-57.

Rosenau, James N., "Governance in twenty-first century", *Global Governance*, n.1, 1995, pp. 13-43.

Saramago, José, "Onde está, então, a democracia?", *Fórum Social Mundial*, janeiro de 2005, Disponível em www.youtube.com, Acesso em 12.04.2012.

Shulman, Stephen, "Nationalist sources of international economic integration", *International Studies Quarterly*, n. 44, 2000, pp. 365-390.

Skinner, Quentin, "Significado y comprensión en la historia de las ideas", en *Giro Contextual. Cinco ensayos de Quentin Skinner y seis comentarios*, Madrid, Tecnos, 2007.

Smith, Anthony D., *Las teorías del nacionalismo*, Barcelona, Ediciones 62/ Ediciones Península, 1976.

_____ *The Ethnic Origins of Nations*, Oxford, Blackwell, 1986.

_____ *National Identity*, Nevada, University of Nevada Press, 1991.

_____ *La nació en la Història*, Tradució Gustau Muñoz, Catarroja, Universitat de València/Editorial Afers, 2000.

_____ *Nacionalismo y modernidad*, Madrid, Istmo, 2000.

Tamayo-Acosta, Juan José (dir.), *10 palabras clave sobre globalización*, Navarra, Editorial Verbo Divino, 2002.

Todorov, Tzvetan, *Los abusos de la memoria*, Barcelona, Paidós, 2002.

Van Creveld, Martin, *Ascensão e declínio do Estado*, Tradução de Jussara Simões, São Paulo, Martins Fontes, 2004.

Vieira Liszt, "Cidadania global e Estado nacional", *Dados*, Rio de Janeiro, v.42, n.3, 1999, pp. 395-419.

Colección de Documentos de Trabajo del IELAT

DT 1: Jaime E. Rodríguez O., *México, Estados Unidos y los Países Hispanoamericanos. Una visión comparativa de la independencia*. Mayo 2008.

DT 2: Ramón Casilda Béjar, *Remesas y Bancarización en Iberoamérica*. Octubre 2008.

DT 3: Fernando Groisman, *Segregación residencial socioeconómica en Argentina durante la recuperación económica (2002 – 2007)*. F. Abril 2009

DT 4: Eli Diniz, *El post-consenso de Washington: globalización, estado y gobernabilidad reexaminados*. Junio 2009.

DT 5: Leopoldo Laborda Catillo, Justo de Jorge Moreno y Elio Rafael De Zuani, *Externalidades dinámicas y crecimiento endógeno. Análisis de la flexibilidad de la empresa industrial español*. Julio 2009

DT 6: Pablo de San Román, *Conflicto político y reforma estructural: la experiencia del desarrollismo en Argentina durante la presidencia de Frondizi (1958 - 1962)*. Septiembre 2009

DT 7: José L. Machinea, *La crisis financiera y su impacto en America Latina*. Octubre 2009.

DT 8: Arnulfo R. Gómez, *Las relaciones económicas México- España (1977-2008)*. Noviembre 2009.

DT 9: José Lázaro, *Las relaciones económicas Cuba- España (1990-2008)*. Diciembre 2009.

DT 10: Pablo Gerchunoff, *Circulando en el laberinto: la economía argentina entre la depresión y la guerra (1929-1939)*. Enero 2010.

DT 11: Jaime Aristy-Escuder, *Impacto de la inmigración haitiana sobre el mercado laboral y las finanzas públicas de la República Dominicana*. Febrero 2010.

DT 12: Eva Sanz Jara, *La crisis del indigenismo mexicano: antropólogos críticos y asociaciones indígenas (1968 - 1994)*. Marzo 2010.

DT 13: Joaquín Varela, *El constitucionalismo español en su contexto comparado*. Abril 2010.

DT 14: Justo de Jorge Moreno, Leopoldo Laborda y Daniel Sotelsek, *Productivity growth and international openness: Evidence from Latin American countries 1980-2006*. Mayo 2010.

DT 15: José Luis Machinea y Guido Zack, *Progresos y falencias de América Latina en los años previos a la crisis*. Junio 2010.

DT 16: Inmaculada Simón Ruiz, *Apuntes sobre historiografía y técnicas de investigación en la historia ambiental mexicana*. Julio 2010.

DT 17: Julián Isaías Rodríguez, Belín Vázquez y Ligia Berbesi de Salazar, *Independencia y formación del Estado en Venezuela*. Agosto 2010.

DT 18: Juan Pablo Arroyo Ortiz, *El presidencialismo autoritario y el partido de Estado en la transición a la economía de libre mercado*. Septiembre 2010.

DT 19: Lorena Vásquez González, *Asociacionismo en América Latina. Una Aproximación*. Octubre 2010.

DT 20: Magdalena Díaz Hernández, *Anversos y reversos: Estados Unidos y México, fronteras socio-culturales en La Democracia en América de Alexis de Tocqueville*. Noviembre de 2010.

DT 21: Antonio Ruiz Caballero, *¡Abre los ojos, pueblo americano! La música hacia el fin del orden colonial en Nueva España*. Diciembre de 2010.

DT 22: Klaus Schmidt- Hebbel, *Macroeconomic Regimes, Policies, and Outcomes in the World*. Enero de 2011

DT 23: Susanne Gratius, Günther Maihold y Álvaro Aguillo Fidalgo. *Alcances, límites y retos de la diplomacia de Cumbres europeo-latinoamericanas*. Febrero de 2011.

DT 24: Daniel Díaz- Fuentes y Julio Revuelta, *Crecimiento, gasto público y Estado de Bienestar en América Latina durante el último medio siglo*. Marzo de 2011.

DT 25: Vanesa Ubeira Salim, *El potencial argentino para la producción de biodiésel a partir de soja y su impacto en el bienestar social*. Abril de 2011.

DT 26: Hernán Núñez Rocha, *La solución de diferencias en el seno de la OMC en materia de propiedad intelectual*. Mayo de 2011.

DT 27: Itxaso Arias Arana, Jhonny Peralta Espinosa y Juan Carlos Lago, *La intrahistoria de las comunidades indígenas de Chiapas a través de los relatos de la experiencia en el marco de los procesos migratorios*. Junio 2011.

DT 28: Angélica Becerra, Mercedes Burguillo, Concepción Carrasco, Alicia Gil, Lorena Vásquez y Guido Zack, *Seminario Migraciones y Fronteras*. Julio 2011.

DT 29: Pablo Rubio Apiolaza, *Régimen autoritario y derecha civil: El caso de Chile, 1973-1983*. Agosto 2011.

DT 30: Diego Azqueta, Carlos A. Melo y Alejandro Yáñez, *Clean Development Mechanism Projects in Latin America: Beyond reducing CO2 (e) emissions. A case study in Chile*. Septiembre 2011.

DT 31: Pablo de San Román, *Los militares y la idea de progreso: la utopía modernizadora de la revolución argentina (1966-1971)*. Octubre 2011.

DT 32: José Manuel Azcona, *Metodología estructural militar de la represión en la Argentina de la dictadura (1973-1983)*. Noviembre 2011.

DT 33: María Dolores Almazán Ramos, *El discurso universitario a ambos lados del Atlántico*. Diciembre 2011.

DT 34: José Manuel Castro Arango, *La cláusula antisubcapitalización española: problemas actuales*. Enero 2012.

DT 35: Edwin Cruz Rodríguez, *La acción colectiva en los movimientos indígenas de Bolivia y Ecuador: una perspectiva comparada*. Febrero 2012.

DT 36: María Isabel Garrido Gómez (coord.), *Contribución de las políticas públicas a la realización efectiva de los derechos de la mujer*. Marzo 2012.

DT 37: Javier Bouzas Herrera, *Una aproximación a la creación de la nación como proyecto político en Argentina y España en los siglos XIX y XX. Un estudio comparativo*. Abril 2012.

DT 38: Walther L. Bernecker, *Entre dominación europea y estadounidense: independencia y comercio exterior de México (siglo XIX)*. Mayo 2012.

DT 39: Edel José Fresneda, *El concepto de Subdesarrollo Humano Socialista: ideas nudo sobre una realidad social*. Junio 2012.

DT 40: Sergio A. Cañedo, Martha Beatriz Guerrero, Elda Moreno Acevedo, José Joaquín Pinto e Iliana Marcela Quintanar, *Fiscalidad en América Latina. Monográfico Historia*. Julio de 2012.

DT 41: Nicolás Villanova, *Los recuperadores de desechos en América Latina y su vínculo con las empresas. Un estudio comparado entre diferentes países de la región y avances para la construcción de una hipótesis*. Agosto de 2012.

DT 42: Juan Carlos Berganza, María Goenaga Ruiz de Zuazu y Javier Martín Román, *Fiscalidad en América Latina. Monográfico Economía*. Septiembre de 2012.

DT 43: Emiliano Abad García, *América Latina y la experiencia postcolonial: identidad subalterna y límites de la subversión epistémica*. Octubre 2012.

DT 44: Sergio Caballero Santos, *Unasur y su aporte a la resolución de conflictos sudamericanos: el caso de Bolivia*. Noviembre 2012.

DT 45: Jacqueline Alejandra Ramos, *La llegada de los juristas del exilio español a México y su incorporación a la Escuela Nacional de Jurisprudencia*. Diciembre 2012.

DT 46: Maíra Machado Bichir, *À guisa de um debate: um estudo sobre a vertente marxista da dependencia*. Enero 2013.

DT 47: Carlos Armando Preciado de Alba. *La apuesta al liberalismo. Visiones y proyectos de políticos guanajuatenses en las primeras décadas del México independiente*. Febrero 2013.

DT 48: Karla Annett Cynthia Sáenz López y Elvin Torres Bulnes, *Evolución de la representación proporcional en México*. Marzo 2013.

DT 49: Antônio Márcio Buainain y Junior Ruiz Garcia, *Roles and Challenges of Brazilian Small Holding Agriculture*. Abril 2013.

DT 50: Angela Maria Hidalgo, *As Influências da Unesco sobre a Educação Rural no Brasil e na Espanha*. Mayo 2013.

DT 51: Ermanno Abbondanza, *“Ciudadanos sobre mesa”. Construcción del Sonorense bajo el régimen de Porfirio Díaz (México, 1876-1910)*. Junio 2013.

DT 52: *Seminario Internacional: América Latina-Caribe y la Unión Europea en el nuevo contexto internacional*. Julio 2013.

DT 53: Armando Martínez Garnica, *La ambición desmedida: una nación continental llamada Colombia*. Agosto 2013.

DT 55: Beatriz Urías Horcasitas, *El nacionalismo revolucionario mexicano y sus críticos (1920-1960)*. Octubre 2013.

DT 56: Josep Borrell, *Europa, América Latina y la regionalización del mundo*. Noviembre 2013.

DT 57: Mauren G. Navarro Castillo, *Understanding the voice behind The Latino Gangsters*. Diciembre 2013.

DT 58: Gabriele Tomei, *Corredores de oportunidades. Estructura, dinámicas y perspectivas de las migraciones ecuatorianas a Italia*. Enero 2014.

DT 59: Francisco Lizcano Fernández, *El Caribe a comienzos del siglo XXI: composición étnica y diversidad lingüística*. Febrero 2014.

DT 60: Claire Wright, *Executives and Emergencies: Presidential Decrees of Exception in Bolivia, Ecuador, and Peru*. Marzo 2014.

DT 61: Carlos de Jesús Becerril H., *Un acercamiento a la historiografía sobre las instituciones jurídicas del Porfiriato, 1876-1911*. Abril 2014.

DT 62: Gonzalo Andrés García Fernández, *El pasado como una lección del presente. Una reflexión histórica para el Chile actual*. Mayo 2014.

DT 63: Cecilia A. Fandos, *Tierras comunales indígenas en Argentina. Una relectura de la desarticulación de la propiedad comunal en Jujuy en el siglo XIX*. Junio 2014.

DT 64: Ramón Casilda Béjar, *América Latina y las empresas multilatinas*. Julio 2014.

DT 65: David Corrochano Martínez, *Política y democracia en América Latina y la Unión Europea*. Agosto 2014.

DT 66: Pablo de San Román, *Participación o ruptura: la ilusión del capitalismo sindical en la Argentina post- peronista*. Septiembre de 2014.

DT 67: José Joaquín Pinto Bernal, *Los orígenes de la deuda pública en Colombia*. Octubre de 2014.

DT 68: Fernando Martín Morra, *Moderando inflaciones moderadas*. Noviembre de 2014.

DT 69: Janete Abrão, *Como se deve (re)escribir a História nacional?*. Diciembre de 2014.

Todas las publicaciones están disponibles en la página Web del Instituto: www.ielat.es

© Instituto de Estudios Latinoamericanos (IELAT)

Los documentos de trabajo que IELAT desarrolla contienen información analítica sobre distintos temas y son elaborados por diferentes miembros del Instituto u otros profesionales colaboradores del mismo. Cada uno de ellos ha sido seleccionado y editado por el IELAT tras ser aprobado por la Comisión Académica correspondiente.

Desde el IELAT animamos a que estos documentos se utilicen y distribuyan con fines académicos indicando siempre la fuente. La información e interpretación contenida en los documentos son de exclusiva responsabilidad del autor y no necesariamente reflejan las opiniones del IELAT.

Instituto de Estudios Latinoamericanos
Colegio de Trinitarios
C/Trinidad 1 – 28801
Alcalá de Henares (Madrid)
España
34 – 91 885 2579
ielat@uah.es
www.ielat.es

P.V.P.: 20 €

Con la colaboración de:

